Horizontes Históricos: 2ª edição

Marcos Vicente Miranda Santos
Especialista em História e Técnico em
Assuntos Educacionais do IFAL

As Universidades públicas brasileiras, a despeito dos sucessivos cortes em seus orçamentos, até 2019, respondiam por 95% da produção científica do país[1]. Talvez fosse mais prudente dizermos que as instituições públicas (Universidades Federais e Estaduais e Institutos Federais) são responsáveis, senão por toda, por quase toda inovação científica e tecnológica existente no Brasil. E isso é muito relevante, principalmente, no período em que o negacionismo científico está na moda e ocupando importantes cadeiras no primeiro escalão do governo federal.

Mas é importante ressaltar que os cortes no orçamento para pesquisa não vêm dessa atual gestão. É certo que houve um crescimento exponencial de recursos para o FNDCT (Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e das agências federais de fomento à pesquisa – CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) entre os anos de 2005 e 2014, passando de quatro para quase quatorze bilhões de reais[2]. Mas o que se sucedeu a partir disso foi uma queda vertiginosa, atingindo o mesmo nível de investimento que tínhamos em 2006, ou seja, menos de cinco bilhões em recursos para pesquisa, tecnologia e inovação. Diante disso, pesquisar no Brasil, é para poucos, com bolsas então, para uma diminuta elite intelectual.

Aliados aos cortes nos investimentos, estão as dificuldades de se pesquisar em tempos de pandemia do novo coronavírus, pois bibliotecas, arquivos, universidades e seus programas físicos de pesquisas permanecem parcial ou totalmente fechados, funcionando, apenas, através do auxílio das importantes ferramentas tecnológicas. Mas esta questão estrutural não é o único problema que os pesquisadores e, principalmente, as pesquisadoras têm enfrentado, neste período de reclusão e distanciamento social. Além das dificuldades normais para pesquisar, escrever e concentrar-se, juntemos a tudo isso a busca por manter sua própria sanidade mental,

[1] MOURA, Mariluce. Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil. **Academia Brasileira de Ciências,** Rio de Janeiro, 15 de abril de 2019. Disponível em: http://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/ Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

[2] ESCOBAR, Herton. Pesquisadores alertam para risco de desmonte da ciência no Brasil. **Jornal da USP,** São Paulo, 11 de outubro de 2019. Disponível em: https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/pesquisadores-alertam-para-risco-de-desmonte-da-ciencia-no-brasil/.Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

já que boa parte dessas pesquisadoras também são responsáveis exclusivas pelos afazeres domésticos e por educar suas crianças. E este é, apenas, um recorte de gênero[3], se esta for preta e pobre, não sabemos se já criaram uma fórmula matemática que consiga exemplificar o quão difícil seria tornar-se pesquisadora no Brasil.

Outro problema, tão importante quanto os anteriores, é a divulgação do conhecimento científico. Fora dos muros dos campi, mesmo nas comunidades em que estes estão inseridos, são apenas escolas para quem passou no vestibular. E é isso que precisa ser modificado urgentemente, pois as Universidades, segundo a Constituição Brasileira[4], em seu artigo 207, "gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". Ou seja, além das aulas ministradas e cursos oferecidos, as instituições federais como a UFS desenvolvem pesquisas que salvam vidas, melhoram o cultivo do solo e repensam a atuação de professores e o fazer histórico.

A revista Horizontes Históricos serve à divulgação dessas pesquisas, do conhecimento produzido não apenas nos espaços universitários, mas também aos professores do ensino básico. A diversidade, em meio ao fazer histórico, como veremos a seguir, continua sendo a marca registrada desta revista nesta segunda edição.

Em "A História da Cultura Popular em Ginzburg e Thompson: Uma Análise das Obras o Queijo e os Vermes e Costumes em Comum", do Professor e Mestrando em História pela UFS, Ives Leocelso Silva Costa, que, como o título já deixa bem claro, faz uma análise de duas obras clássicas, lançadas no último quarto do século XX, mas que abordam duas distintas regiões, dando voz aos esquecidos, à "história a partir de baixo", em sociedades pré-industriais, através do estudo da cultura popular.

Já em "A Onda Mais Confusa: Identidade Neopentecostal e seu caráter histórico", de autoria da Especialista em Psicopedagogia e Pedagoga do IFBA Aurelina Fernanda de Andrade Morais e do Mestrando em História pela UFS Pedro André de Sousa Peixoto, versa sobre as características e diferenças do Evangelismo no Brasil, através de uma contextualização histórica, por meio de olhares sociológico e teológico do Neopentecostalismo brasileiro.

Na sequência nos deparamos com o artigo "Jornal A Cruzada e o Anticomunismo: Formação Social dos Intelectuais Cristãos", a Professora Mestra em História Amanda Marques

[3] MOVIMENTO PARENT IN SCIENCE. Produtividade acadêmica na pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade. Disponível em: https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true. Acesso em: 25 de janeiro de 2020.
[4] BRASIL. **Constituição** (**1988**). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

dos Santos analisa a formação que influenciou o discurso anticomunista de uma ala mais conservadora da Igreja Católica no jornal sergipano e sua aproximação do discurso progressistas durante o período civil-militar.

No artigo "Memória e História: Análise do Documentário Que Bom Te Ver Viva", do professor Licenciado em História pela UFOP Davi Silva de Carvalho, nos deparamos também com a temática da Ditadura Civil-Militar, mas de uma perspectiva diferente: os horrores das lembranças das mulheres vítimas de agentes políticos durante esse regime.

Já no artigo "Primeiro Centenário da Independência de Sergipe: A Casa de Sergipe" da professora Mestra em História-UFS Maristela do Nascimento Andrade e da professora Doutora Edna Maria Matos Antonio, Coordenadora Titular do programa de Mestrado em História da UFS. Neste artigo, comemoramos o bicentenário da Independência de Sergipe, analisando a comemoração do 8 de julho, ocorrida no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE, em 1920, através das reflexões da memória coletiva do povo sergipano, derivadas da investigação realizada de seu processo de construção.

Encerramos nossa caminhada pelos artigos desta edição com "Quando Calmet traiu Calmet: sobre a função-autor em Foucault e Chartier" do Professor e Doutorando pela UFPR Gabriel Elysio Maia Braga. Neste artigo, o autor faz uma reflexão da *função-autor* na História Cultural da Ciência através da comparação de dois grandes autores Roger Chartier e Michel Foucault visando analisar o tratado do monge Augustin Calmet sobre vampiros.

Chegamos então à única resenha desta edição, da Mestranda em História-UFS Vanessa Nascimento Souza, sobre o livro "Histórias e Conversas de Mulher" da Mary Del Priore. Nela, a autora não se prende apenas à obra, mas elenca toda uma bibliografia escrita pela historiadora em contraponto a pequena inserção da mulher na historiografia tradicional, dando visibilidade à atuação feminina em duzentos anos de história do Brasil.

Mesmo com a potencialização das dificuldades impostas pela pandemia que assolou o ano de 2020, adentrando 2021, as pesquisas continuam produzindo resultados positivos, como é o caso das vacinas produzidas em diversos cantos do planeta. E não foi diferente com a Revista Horizontes Históricos. Por isso, vale a pena separar alguns minutos de seu tempo, em confinamento, para mergulhar em seus artigos que são bem mais complexos do que este pequeno resumo.